

CARTA CONVÊNIO PARA COOPERAÇÕES TÉCNICAS
NÃO-REEMBOLSÁVEIS

LEG/SGO/CSC/IDBDOCS: 37332274

Prezado Senhor
Eduardo Paes
Prefeito do Município do Rio de Janeiro
Prefeitura do Município do Rio de Janeiro
Rua Afonso Cavalcanti, 455 / 13º andar - Cidade Nova
Rio de Janeiro – RJ – Brasil CEP: 20211-110

Ref.: Cooperação Técnica Não-Reembolsável No.
ATN/JO-13570-BR. Projeto Inclusão Social Através
de Centros de Recreação Comunitária nas Favelas do
Rio.

Prezado Senhor Prefeito,

Esta carta-convênio (doravante denominada “Convênio”), entre o Município do Rio de Janeiro da República Federativa do Brasil, através de sua Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, (doravante denominado “Beneficiário”) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, na condição de Administrador do Fundo Especial Japonês para a Redução da Pobreza (doravante denominado “Banco”), que submetemos à sua consideração, destina-se a formalizar os termos e as condições para a concessão de uma cooperação técnica não-reembolsável ao Beneficiário até o montante de US\$ 600.000,00 (seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), ou seu equivalente em outras moedas conversíveis, que será desembolsado a débito dos recursos do Fundo Especial Japonês para a Redução da Pobreza (doravante denominada “Contribuição”), para financiar a aquisição de bens e serviços conexos e a seleção e contratação de consultores necessários para a realização de um projeto de cooperação técnica visando a inclusão social de jovens e suas famílias através de atividades inovadoras oferecidas nos centros comunitários de favelas específicas do Rio de Janeiro (doravante denominado “Projeto”), descrito no Anexo Único deste Convênio. Salvo disposição em contrário neste Convênio, doravante o termo “dólar” significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.

O Banco e o Beneficiário acordam o seguinte:

Primeiro. Partes integrantes do Convênio. Este Convênio é integrado por esta primeira parte, denominada “Disposições Especiais”; pela segunda parte, denominada “Normas Gerais”; e pelo Anexo Único aqui incorporados. No Artigo 1 das Normas Gerais, define-se a hierarquia entre as partes e o Anexo Único acima referidos.

Segundo. Órgão Executor. (a) A execução do Projeto e a utilização dos recursos da Contribuição do Banco caberão ao Município do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL), doravante denominado indistintamente “Órgão Executor” ou “Beneficiário”.

Terceiro. Condições prévias ao primeiro desembolso. (a) Além das condições prévias estipuladas no Artigo 2 das Normas Gerais, o primeiro desembolso dos recursos da Contribuição está condicionado a que o Beneficiário, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, demonstre que se cumpriram, de maneira satisfatória para o Banco, as seguintes condições:

- (i) que tenha sido apresentado um parecer jurídico fundado em disposições constitucionais, legais e regulamentares pertinentes sobre a validade e entrada em vigor deste Convênio.
- (ii) que tenha sido apresentada evidência de que o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, conta com um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno adequados, aos quais faz referência o Artigo 13 das Normas Gerais.
- (iii) que tenha sido criada uma Unidade de Execução do Projeto e nomeação de, no mínimo, um funcionário da SMEL para compor dita Unidade.
- (iv) que tenha sido apresentada pelo Órgão Executor, para revisão e aprovação do Banco, o Plano de Trabalho e cronograma de atividades a serem desempenhadas.

Quarto. Reembolso de despesas a débito da Contribuição. Com a concordância do Banco, poderão ser utilizados recursos da Contribuição para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuarem no Projeto a partir de 12 de dezembro de 2012 e até a data da entrada em vigor deste Convênio, desde que tenham sido cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Convênio.

Quinto. Prazos. (a) O prazo para a execução do Projeto será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio.

(b) O prazo para o desembolso dos recursos da Contribuição será de 42 (quarenta e dois) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio. Qualquer parte da Contribuição não utilizada dentro desse prazo será cancelada.

(c) Os prazos indicados acima e outros estabelecidos neste Convênio só poderão ser prorrogados por razões justificadas e com a concordância por escrito do Banco.

Sexto. Custo total do Projeto e recursos adicionais. (a) O Beneficiário compromete-se a efetuar oportunamente, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, conforme seja o caso, os aportes requeridos à Contribuição (doravante denominados “Aporte”), para

a plena e ininterrupta execução do Projeto. O total do Aporte foi estimado no equivalente a US\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil dólares), a fim de completar a soma equivalente a US\$915.000,00 (novecentos e quinze mil dólares), custo total estimado do Projeto, sem que estas estimativas reduzam a obrigação do Beneficiário de aportar os recursos adicionais requeridos para a conclusão do Projeto.

(b) O Aporte do Beneficiário será não-pecuniário e se destinará a financiar as categorias a ele debitadas, estabelecidas no orçamento do Projeto que consta do Anexo Único.

Sétimo. Reconhecimento de despesas a débito do Aporte. O Banco poderá reconhecer como parte dos recursos do Aporte para o Projeto as despesas efetuadas ou que vierem a ser efetuadas no Projeto a partir de 12 de dezembro de 2012 e até a data da entrada em vigor deste Convênio, desde que tenham sido cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Convênio.

Oitavo. Moedas para os desembolsos. O Banco fará o desembolso da Contribuição em dólares. O Banco, aplicando a taxa de câmbio indicada no Artigo 9 das Normas Gerais, poderá converter essas moedas conversíveis em outras moedas, inclusive a moeda local.

Nono. Taxa de Câmbio. Para efeitos do estipulado no Artigo 9 das Normas Gerais deste Convênio, as partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será a indicada no inciso (b)(i) do referido Artigo.

Décimo. Uso da Contribuição. Os recursos da Contribuição só poderão ser usados para a aquisição de bens e serviços conexos e a seleção e contratação de consultores dos países membros do Banco. Em consequência, os procedimentos e as bases específicas das licitações ou de outras formas de contratação financiadas com recursos da Contribuição deverão permitir a livre concorrência de fornecedores de bens e serviços conexos e de consultores desses países.

Décimo primeiro. Aquisição de bens e serviços conexos. (a) A aquisição de bens e serviços conexos será feita de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-9 (“Políticas para a aquisição de bens e obras financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”), de março de 2011 (doravante denominado “Políticas de Aquisições”), que o Beneficiário declara conhecer.

(b) O Beneficiário compromete-se a identificar devidamente, por intermédio do Órgão Executor, os bens adquiridos com recursos da Contribuição com uma etiqueta ou rótulo que indique que esses bens foram financiados com recursos provenientes do Fundo Especial Japonês para a Redução da Pobreza.

Décimo segundo. Contratação de Consultores. A seleção e contratação de consultores deverá ser feita de acordo com as disposições estabelecidas no documento GN-2350-9 (“Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”), de março de 2011 (doravante denominado “Políticas de Consultores”), que o Beneficiário declara conhecer e pelas seguintes disposições:

(i) O Beneficiário poderá utilizar o método estabelecido na Seção II e nos parágrafos 3.16 a 3.20 das Políticas de Consultores para a seleção de consultores baseada na qualidade e no custo; e qualquer dos métodos estabelecidos nas Seções III e V dessas políticas para a seleção de firmas consultoras e de consultores individuais, respectivamente. Para efeitos do estipulado no parágrafo 2.7 das Políticas de Consultores, a lista curta de consultores cujo custo estimado seja menor que o equivalente a US\$ 1.000.000 (um milhão de dólares) por contrato, caso existente, poderá ser integrada em sua totalidade por consultores nacionais.

Décimo terceiro. Plano de Aquisições. (a) Antes de se fazer qualquer edital de licitação no caso de bens e serviços conexos ou qualquer seleção e contratação de consultores, o Órgão Executor deverá apresentar à revisão e aprovação do Banco o plano de aquisições proposto para o Projeto (doravante denominado “Plano de Aquisições”), que deverá incluir o custo estimado de cada contrato, o agrupamento dos contratos e os métodos de aquisição e seleção aplicáveis, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições e de Consultores. Este plano deverá ser atualizado a cada 12 (doze) meses ou conforme necessário durante a execução do Projeto e cada versão atualizada será submetida à revisão e aprovação do Banco. A aquisição de bens e serviços conexos e a seleção e contratação de consultores deverão ser executadas de acordo com o Plano de Aquisições aprovado pelo Banco e suas respectivas modificações.

Décimo quarto. Revisão dos contratos. O Banco realizará a revisão dos processos de seleção, contratação e aquisição, *ex ante* ou *ex post*, segundo o estabelecido no Plano de Aquisições. Em qualquer momento durante a execução do Projeto, o Banco poderá modificar a modalidade de revisão de tais processos, mediante comunicação prévia ao Beneficiário. As modificações aprovadas pelo Banco deverão ser refletidas no Plano de Aquisições.

Décimo quinto. Acompanhamento e Avaliação. O Beneficiário deverá apresentar ao Banco os seguintes relatórios: (i) relatórios semestrais de andamento, ao final de junho e dezembro de cada ano, os quais deverão ser acompanhados de um relatório financeiro não auditado e incluir, entre outros assuntos, (a) uma breve descrição das atividades desenvolvidas nos últimos seis meses, (b) progresso relativo ao processo de contratações, incluindo uma descrição concisa dos resultados obtidos até aquela data, (c) responsabilidades atribuídas a cada consultor; (d) informação acerca dos principais indicadores de monitoramento, os quais incluem, mas não estão limitados, a número total de inscritos, inscritos por idade, inscritos por sexo e inscritos por atividade; (ii) um relatório final, dentro de 60 (sessenta) dias contados do término da última atividade do Projeto.

Décimo sexto. Demonstrações financeiras. O Beneficiário compromete-se a que sejam apresentados, a satisfação do Banco, por si ou por intermédio do Órgão Executor, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias seguintes ao encerramento do Projeto, as demonstrações financeiras auditadas do Projeto.

Décimo sétimo. Acesso à informação. O Beneficiário compromete-se a comunicar ao Banco, por escrito, dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste Convênio, se considera que este contém informação que possa ser qualificada como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto na Política de Acesso à Informação do

Banco, caso em que o Beneficiário compromete-se a indicar tal informação nas disposições pertinentes do Convênio. De acordo com a referida política, o Banco colocará à disposição do público na sua página “Web” o texto deste Convênio, depois que este tenha entrado em vigor e o prazo antes mencionado tenha expirado, excluindo somente as informações que o Beneficiário tenha qualificado como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto em tal política.

Décimo oitavo. Comunicações. Todos os avisos, pedidos, comunicações ou notificações que as partes devam encaminhar-se em virtude deste Convênio serão efetuados por escrito e se considerarão realizados desde o momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no endereço indicado a seguir, a menos que as partes acordem por escrito de outra maneira:

Do Beneficiário:

Prefeito do Município do Rio de Janeiro
Prefeitura do Município do Rio de Janeiro
Rua Afonso Cavalcanti, 455 / 13º andar - Cidade Nova
Rio de Janeiro – RJ – Brasil CEP: 20211-110

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América
Fax: (202) 623-3096

Nestes termos, solicito a V. Sa., como representante do Beneficiário, a aceitação do mesmo aos termos deste Convênio, mediante a assinatura e entrega de uma das vias originais desta carta à Representação do Banco em Brasília.

Este Convênio, depois de assinado em 2 (duas) vias originais de igual teor por representantes devidamente autorizados, entrará em vigor na data da sua assinatura pelo Banco.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

/A/

/A/

Eduardo Paes
Prefeito do Município do Rio de Janeiro
Data e local: 17/05/2013

Daniela Carrera Marquis
Representante do Banco no Brasil
Data e local: 17/05/2013

NORMAS GERAIS APLICÁVEIS ÀS
COOPERACÕES TÉCNICAS NÃO-REEMBOLSÁVEIS

Artigo 1. Aplicação e alcance das Normas Gerais. (a) Estas Normas Gerais estabelecem termos e condições aplicáveis, de modo geral, a todas as cooperações técnicas não-reembolsáveis do Banco, e suas condições constituem parte integrante deste Convênio. Qualquer exceção a estas Normas Gerais será expressamente indicada no texto das Disposições Especiais.

(b) Se houver incongruência ou contradição entre alguma estipulação das Disposições Especiais ou do Anexo ou dos Anexos e estas Normas Gerais, prevalecerá o previsto nas Disposições Especiais ou no respectivo Anexo. Quando houver incongruência ou contradição entre estipulações das Disposições Especiais e do Anexo ou dos respectivos Anexos, prevalecerá o princípio segundo o qual a estipulação específica prevalece em relação à geral.

Artigo 2. Condições prévias ao primeiro desembolso. (a) O primeiro desembolso da Contribuição está condicionado a que o Beneficiário, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, tenha:

- (i) designado um ou mais funcionários que possam representá-lo em todos os atos relacionados com a execução deste Convênio e feito chegar ao Banco exemplares autênticos das assinaturas desses representantes. Caso sejam designados dois ou mais funcionários, cumpre informar se ambos podem agir individualmente ou se o farão necessariamente em conjunto; e
- (ii) apresentado um cronograma para o uso do Aporte;

(b) Se, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da entrada em vigor deste Convênio, ou de um prazo mais longo que as partes tenham acordado por escrito, não se cumprirem as condições prévias ao primeiro desembolso estabelecidas neste artigo e nas Disposições Especiais, o Banco poderá rescindir este Convênio, dando ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, o respectivo aviso.

Artigo 3. Requisitos para todos os desembolsos. Para que o Banco efetue qualquer desembolso será necessário: (a) que o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, tenha apresentado por escrito ou por meios eletrônicos, de acordo com a forma e condições especificadas pelo Banco, um pedido de desembolso e que, em respaldo a esse pedido, tenham sido fornecidos ao Banco os documentos pertinentes e demais antecedentes requeridos pelo Banco; (b) que o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, tenha aberto e mantenha uma ou mais contas bancárias em uma instituição financeira na qual o Banco realizará os desembolsos da Contribuição; (c) salvo acordo em contrário com o Banco, os pedidos deverão

ser apresentados, o mais tardar, com trinta 30 (trinta) dias calendário de antecedência à data em que vencer o prazo para desembolsos ou a sua prorrogação, acordada por escrito entre o Banco e o Beneficiário ou Órgão Executor, conforme o caso; e (d) que não tenha ocorrido nenhuma das circunstâncias descritas no Artigo 7 destas Normas Gerais.

Artigo 4. Forma dos desembolsos da Contribuição. (a) O Banco poderá efetuar desembolsos a débito da Contribuição da seguinte forma: (a) mediante transferências em favor do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, das somas a que tenha direito de acordo com este Convênio sob a modalidade de reembolso de despesas ou adiantamento de fundos;¹ (ii) mediante pagamentos por conta do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, e em acordo com ele, a terceiros ou outras instituições bancárias; e (iii) mediante outra modalidade que as partes tenham acordado por escrito. Qualquer despesa bancária cobrada por terceiro em razão dos desembolsos será de responsabilidade do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso.

(b) A débito da Contribuição e cumpridos os requisitos previstos nos Artigos 2 e 3 destas Normas Gerais e nos Artigos pertinentes das Disposições Especiais, o Banco poderá efetuar o desembolso de recursos da Contribuição para:

- (i) Reembolsar ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, as despesas relacionadas com a execução do Projeto que tenha financiado com seus recursos ou com outras fontes de financiamento, que sejam financiáveis com recursos da Contribuição, de acordo com as disposições deste Convênio. Salvo acordo expresso entre as partes, os pedidos de desembolso para reembolsar despesas financiadas pelo Beneficiário ou pelo Órgão Executor, conforme o caso, deverão ser realizados prontamente à medida que o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, incorra nessas despesas ou, o mais tardar, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao encerramento de cada semestre calendário ou em outro prazo que as partes acordem; e
- (ii) Adiantar recursos ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, com base nas necessidades de liquidez do Projeto para cobertura das despesas relacionadas com a sua execução que sejam financiáveis a débito da Contribuição, de acordo com as disposições deste Convênio. O montante máximo de cada adiantamento de fundos será fixado pelo Banco e consistirá em uma quantidade determinada com base nas necessidades de liquidez do Projeto para cobrir previsões periódicas de despesas relacionadas com a sua execução que sejam financiáveis a débito da Contribuição. Em nenhum momento o montante máximo de um adiantamento de fundos poderá exceder a soma requerida para o financiamento dessas despesas, durante um período de até 6 (seis) meses, de acordo com o cronograma de investimentos e o fluxo de recursos

¹ “Adiantamento de fundos” significa o montante de recursos antecipados pelo Banco ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, a débito dos recursos da Contribuição, para atender despesas elegíveis do Projeto.

requeridos para esses propósitos, e a capacidade demonstrada do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, para administrar de forma eficiente os recursos da Contribuição.

(c) O Banco poderá: (i) ampliar o montante máximo de uma antecipação de fundos vigente quando tenham surgido necessidades imediatas de recursos que, a critério do Banco, o justifiquem, sempre que tenha sido justificadamente solicitado pelo Beneficiário ou pelo Órgão Executor, conforme o caso, e tenha sido apresentado, à satisfação do Banco, um demonstrativo das despesas programadas para a execução do Projeto correspondente ao período de antecipação de fundos vigente; ou (ii) efetuar uma nova antecipação de fundos com base no indicado no inciso (b)(ii) anterior quando tenha sido justificado, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do saldo total acumulado do(s) adiantamento(s) de fundos anterior(es).

(d) O Banco poderá também reduzir ou cancelar o saldo total acumulado do(s) adiantamento(s) de fundos caso determine que os recursos desembolsados da Contribuição não foram utilizados ou justificados devida e oportunamente, à satisfação do Banco, de acordo com as disposições estabelecidas neste Convênio.

Artigo 5. Período de encerramento.² O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá: (a) apresentar, à satisfação do Banco, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contado a partir da data estipulada para o último desembolso da Contribuição, a documentação de respaldo das despesas efetuadas a débito do Projeto e demais informações que o Banco houver solicitado; e (b) restituir ao Banco, no mais tardar, até o último dia do vencimento do Período de Encerramento, o saldo não utilizado ou não devidamente justificado dos recursos desembolsados da Contribuição. Caso esteja previsto o financiamento dos serviços de auditoria a débito dos recursos da Contribuição e esses serviços não sejam encerrados e pagos antes do vencimento do Período de Encerramento a que se refere o inciso (a) anterior, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá informar e acordar com o Banco a forma como será viabilizado o pagamento desses serviços, e restituir os recursos da Contribuição destinados a esse fim, caso o Banco não receba as demonstrações financeiras e demais relatórios auditados dentro dos prazos estipulados neste Convênio.

Artigo 6. Despesas a débito da Contribuição. A Contribuição será destinada exclusivamente para cobrir os itens alocados a seu débito no orçamento do Projeto incluído no Anexo Único que descreve o Projeto. Somente poderão ser lançadas a débito da Contribuição as despesas reais e diretas efetuadas para a execução do Projeto. Não poderão ser lançadas despesas indiretas ou serviços de funcionamento geral não incluídos no orçamento do Projeto.

Artigo 7. Suspensão e cancelamento dos desembolsos e outras medidas. (a) O Banco poderá suspender os desembolsos ou cancelar a parte não desembolsada da Contribuição se ocorrer alguma das seguintes circunstâncias: (i) inadimplência por parte do Beneficiário ou do

² “Período de encerramento” significa o prazo de 90 (noventa) dias contado a partir da data estipulada para o último desembolso dos recursos da Contribuição, para a finalização dos pagamentos pendentes a terceiros, a apresentação da justificação final das despesas efetuadas, a reconciliação de registros e a devolução ao Banco dos recursos da Contribuição desembolsados e não justificados.

Órgão Executor, conforme o caso, de qualquer obrigação estipulada neste Convênio; e (ii) qualquer circunstância que, a critério do Banco, possa tornar improvável a consecução dos objetivos do Projeto. Nesses casos, o Banco notificará por escrito o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, a fim de que este apresente seus pontos de vista e, transcorridos 30 (trinta) dias da data da comunicação enviada pelo Banco, este poderá suspender os desembolsos ou cancelar a parte não desembolsada da Contribuição.

(b) Por força do disposto no inciso (a), as partes convêm em que, caso ocorram no Beneficiário ou no Órgão Executor mudanças institucionais ou organizacionais que, na opinião do Banco, possam afetar a consecução oportuna dos objetivos do Projeto, o Banco revisará e avaliará as possibilidades da consecução dos objetivos e, a seu critério, poderá suspender, condicionar ou cancelar os desembolsos da Contribuição.

(c) Além do disposto no parágrafo (a) anterior, o Banco poderá: (i) suspender os desembolsos, de acordo com os procedimentos de sanções do Banco, caso seja determinado em qualquer etapa que um empregado, agente ou representante do Beneficiário ou do Órgão Executor cometeu uma prática proibida, conforme definido no Artigo 8 destas Normas Gerais (doravante denominadas “Práticas Proibidas”), durante o processo de contratação ou durante a execução de um contrato; e (ii) cancelar a parte não desembolsada da Contribuição relacionada inequivocamente a uma aquisição determinada de bens, obras, serviços conexos ou serviços de consultoria, se: (A) a qualquer momento determinar-se que tal aquisição ou contratação foi efetuada sem a observância dos procedimentos estabelecidos neste Convênio; ou (B) determinar-se que, de acordo com os procedimentos de sanções do Banco, qualquer empresa, entidade ou indivíduo que esteja atuando como proponente ou participando de atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários, o Beneficiário e o Órgão Executor (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou tácitas), tiver cometido uma Prática Proibida em qualquer etapa do processo de contratação ou durante a execução de um contrato, quando haja evidência de que o representante do Beneficiário ou do Órgão Executor não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras coisas, a notificação adequada do Banco ao tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável.

Artigo 8. Práticas Proibidas. (a) Para os efeitos deste Convênio, entende-se que uma Prática Proibida inclui as seguintes práticas: (i) “prática corrupta” consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte; (ii) “prática fraudulenta” é qualquer ato ou omissão, inclusive a tergiversação de fatos e circunstâncias, que, deliberada ou imprudentemente, engane ou pretenda enganar alguma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evadir uma obrigação; (iii) “prática coercitiva” consiste em prejudicar ou causar dano ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou a seus bens para influenciar indevidamente as ações de uma parte; (iv) “prática colusória” é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, que inclui influenciar, de forma imprópria, as ações de outra parte; e (v) “prática obstrutiva” consiste em: (A) destruir,

falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusória; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir-lhe de divulgar seu conhecimento de assuntos que sejam importantes para a investigação ou que prossiga a investigação, ou (B) todo ato que vise a impedir de forma material o exercício de inspeção do Banco e os direitos de auditoria previstos nos Artigos 13(c), 14(g) y 15(e) destas Normas Gerais.

(b) Além do estabelecido nos Artigos 7(c)(i) y 7(c)(ii)(B) destas Normas Gerais, caso seja determinado que, de acordo com os procedimentos de sanções do Banco qualquer empresa, entidade ou indivíduo que apresente proposta ou participe de uma atividade financiada pelo Banco incluídos, entre outros, requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores e prestadores de serviços, concessionários, o Beneficiário e o Órgão Executor (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes quer sejam suas atribuições expressas ou tácitas), tiver cometido uma Prática Proibida em qualquer etapa do processo de contratação ou durante a execução de um contrato, o Banco poderá:

- (i) não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato para a aquisição de obras, bens, serviços relacionados e a contratação de serviços de consultoria;
- (ii) declarar uma contratação inelegível para financiamento do Banco se houver evidência de que o representante do Beneficiário ou do Órgão Executor não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, a adequada notificação do Banco ao tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável;
- (iii) emitir advertência à empresa, entidade ou indivíduo na forma de uma carta formal censurando sua conduta;
- (iv) declarar uma empresa, entidade ou indivíduo inelegível, permanentemente ou por um período determinado para: (A) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (B) designação como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor ou prestador de serviços por outra empresa elegível a qual se adjudique um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;
- (v) encaminhar o tema às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir as leis; e/ou
- (vi) impor outras sanções que considere apropriadas às circunstâncias do caso, incluída a aplicação de multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações ou autuações. Estas sanções poderão ser impostas de forma adicional ou em substituição às

sanções referidas no Artigo 7(c)(i), no Artigo 7(c)(ii)(B) e nos itens (i) a (v) deste Artigo 8(b).

(c) O disposto no Artigo 7(c)(i) e no Artigo 8(b)(i) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção, ou qualquer outra resolução;

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco nos termos das disposições anteriormente referidas será de caráter público;

(e) Qualquer empresa, entidade ou indivíduo atuando como proponente ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores e prestadores de serviços, concessionários, o Beneficiário e o Órgão Executor (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou tácitas), poderá ver-se sujeito a sanções, de acordo com o disposto nos acordos subscritos pelo Banco com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões em matéria de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo (e), o termo “sanção” inclui toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma instituição financeira internacional aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas.

(f) Quando o Beneficiário adquira bens, obras ou serviços distintos dos serviços de consultoria diretamente de uma agência especializada, ou contrate uma agência especializada para prestar serviços de assistência técnica ao amparo de um acordo entre o Beneficiário e tal agência especializada, serão aplicadas integralmente a requerentes, proponentes, empreiteiros, empresas de consultoria ou consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores e prestadores de serviços, concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou tácitas) ou a qualquer outra entidade que tenha subscrito contratos com tal agência especializada para a provisão de bens, obras ou serviços conexos com atividades financiadas pelo Banco, todas as disposições estipuladas neste Convênio relativas a sanções e Práticas Proibidas. O Banco se reserva o direito de obrigar o Beneficiário a valer-se de recursos como a suspensão ou rescisão do contrato. O Beneficiário se compromete a incluir nos contratos com as agências especializadas disposições obrigando a mesma a consultar a lista de empresas e indivíduos declarados temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso uma agência especializada subscreva contrato ou ordem de compra com uma empresa ou indivíduo declarado temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos conexos e tomará outras medidas que considere convenientes.

Artigo 9. Taxa de câmbio para Projetos financiados com recursos expressos em dólares dos Estados Unidos da América.

- (a) Desembolsos:
- (i) A equivalência em dólares dos Estados Unidos da América de outras moedas conversíveis em que possam ser feitos os desembolsos da Contribuição será calculada aplicando-se, na data do desembolso, a taxa de câmbio vigente no mercado; e
 - (ii) A equivalência em dólares dos Estados Unidos da América da moeda local ou de outras moedas não conversíveis, em caso de Projetos regionais, em que os desembolsos da Contribuição possam ser feitos, será calculada aplicando-se, na data do desembolso, a taxa de câmbio que corresponda ao entendimento vigente entre o Banco e o respectivo país para os efeitos de manter o valor em dólares da moeda local ou de outras moedas não-conversíveis, em caso de Projetos regionais, em poder do Banco.
- (b) Despesas efetuadas: A equivalência na moeda da Contribuição de uma despesa efetuada na moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, será calculada aplicando-se uma das seguintes taxas de câmbio, de acordo com o estabelecido nas Disposições Especiais deste Convênio: (i) a mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados na moeda da Contribuição para a moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor. Neste caso, para fins de reembolso de despesas a débito da Contribuição e de reconhecimento de despesas a débito do Aporte, será aplicada a taxa de câmbio vigente na data de apresentação do pedido de reembolso ao Banco; ou (ii) a taxa de câmbio vigente no país do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, na data do efetivo pagamento da despesa na moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor.

Artigo 10. Taxa de câmbio para Projetos financiados com recursos em moedas conversíveis diferentes do dólar dos Estados Unidos da América. (a) Desembolsos. O Banco poderá converter a moeda desembolsada a débito dos recursos do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais em:

- (i) outras moedas conversíveis, aplicando a taxa de câmbio vigente no mercado na data do desembolso; ou
- (ii) moeda local ou outras moedas não conversíveis, aplicando, em caso de projetos regionais, na data do desembolso, o seguinte procedimento: (A) será calculada a equivalência da moeda do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais em dólares, aplicando a taxa de câmbio vigente no mercado; (B) posteriormente, será calculada a equivalência desses dólares na moeda local ou em outras moedas não conversíveis, aplicando a taxa de câmbio que corresponda ao entendimento vigente entre o Banco e o respectivo país para os efeitos de manter o valor em dólares dessas moedas em poder do Banco.

- (b) Despesas efetuadas: A equivalência na moeda da Contribuição de uma despesa efetuada na moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, será calculada aplicando-se uma das seguintes taxas de câmbio, de acordo com o estabelecido nas Disposições Especiais deste Convênio: (i) a mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados na moeda da Contribuição para a moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor. Neste caso, para fins de reembolso de despesas a débito da Contribuição e de reconhecimento de despesas a débito do Aporte, será aplicada a taxa de câmbio vigente na data de apresentação do pedido ao Banco; ou (ii) a taxa de câmbio vigente no país do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, na data do efetivo pagamento da despesa na moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor.

Artigo 11. Aquisição de bens e serviços relacionados e contratação de consultores.

(a) Com débito à Contribuição e até o montante destinado a tal fim no orçamento incluído no Anexo Único que descreve o Projeto, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, poderá adquirir os bens e serviços relacionados e contratar os consultores previstos no Projeto.

(b) Quando os bens e serviços relacionados e os consultores adquiridos e contratados para o Projeto forem financiados com recursos do Aporte, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, utilizará, sendo possível, procedimentos que permitam a participação de vários proponentes e oferecedores e dispensará a devida atenção aos aspectos de economia, eficiência e razoabilidade de preços.

(c) Quando forem utilizadas outras fontes de financiamento que não os recursos da Contribuição nem os do Aporte, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, poderá acordar com o financiador o procedimento a ser seguido para a aquisição de bens e serviços relacionados e a contratação de consultores. Sem embargo, a pedido do Banco, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá demonstrar a razoabilidade tanto do preço pactuado ou pago pela aquisição de tais bens e serviços relacionados ou pela contratação de consultores, como das condições financeiras dos créditos. O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá demonstrar, igualmente, que a qualidade dos bens e serviços relacionados e dos consultores satisfaz os requisitos técnicos do Projeto.

(d) Durante a execução do Projeto, os bens a que se refere o inciso (a) anterior serão utilizados exclusivamente para a realização do Projeto.

(e) Os bens compreendidos no Projeto serão mantidos adequadamente de acordo com normas técnicas geralmente aceitas em um nível compatível com os serviços que devam prestar.

Artigo 12. Outras obrigações contratuais dos consultores. (a) Além dos requisitos especiais incluídos no Artigo 13(c), no Artigo 14(g) e no Artigo 15(e) destas Normas Gerais, nas Disposições Especiais, no(s) Anexo(s) e nos respectivos termos de referência, o Beneficiário ou o

Órgão Executor, conforme o caso, acorda que os contratos assinados com os Consultores estabelecerão também as obrigações destes de:

- (i) fazer os esclarecimentos ou ampliações que o Beneficiário, o Órgão Executor ou o Banco julgarem necessários acerca dos relatórios que eles estão obrigados a apresentar, de acordo com os termos de referência estabelecidos em seus respectivos contratos;
- (ii) fornecer ao Beneficiário ou ao Órgão Executor e ao Banco as informações adicionais que estes razoavelmente lhes solicitarem em relação ao andamento de seus trabalhos;
- (iii) no caso de consultores internacionais, desempenhar seus trabalhos de forma integrada com o pessoal profissional local designado ou contratado pelo Beneficiário ou o Órgão Executor para participar da realização do Projeto, a fim de completar os trabalhos e oferecer um treinamento técnico e operacional a esse pessoal;
- (iv) ceder ao Banco os direitos autorais, as patentes e qualquer outro direito de propriedade intelectual, nos casos em que procedam esses direitos, sobre os trabalhos e documentos produzidos pelos consultores no âmbito dos contratos de consultoria financiados com os recursos do Projeto; e

(b) Não obstante o estipulado no inciso (a)(iv) anterior, para dar a divulgação oportuna aos resultados do Projeto, o Banco outorga ao Beneficiário ou ao Órgão Executor o direito de uso e fruição dos produtos das consultorias financiadas com recursos do Projeto, sujeito ao entendimento de que o Beneficiário ou o Órgão Executor utilizará esses produtos de consultoria de acordo com o estabelecido no Artigo 17 destas Normas Gerais.

Artigo 13. Sistema de Informação Financeira e Controle Interno. O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá manter: (i) um sistema de informação financeira aceitável ao Banco, que permita o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos da Contribuição e de outras fontes de financiamento, se for o caso; e (ii) uma estrutura de controle interno que permita a gestão efetiva do Projeto, proporcione confiabilidade sobre a informação financeira, registros e arquivos físicos, magnéticos e eletrônicos, e permita o cumprimento das disposições previstas neste Convênio.

(b) O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, compromete-se a manter os registros originais do Projeto por um período mínimo de 3 (três) anos depois da data estipulada para o último desembolso da Contribuição, de modo a: (i) permitir a identificação das quantias recebidas das diferentes fontes; (ii) consignar, em conformidade com o sistema de informação financeira aprovado pelo Banco, as despesas realizadas a débito do Projeto, tanto com os recursos da Contribuição como com os demais recursos necessários para a sua completa execução; (iii) conter o detalhamento necessário para identificação dos serviços contratados e dos

bens adquiridos, conforme o caso, assim como a utilização dos referidos bens e serviços; (iv) evidenciar a conformidade da autorização, do recebimento e do pagamento do serviço contratado ou do bem adquirido, conforme o caso; (v) incluir a documentação relacionada com o processo de contratação, aquisição e execução dos contratos financiados pelo Banco e por outras fontes de financiamento, o que compreende, embora de forma não limitativa, os editais de licitação, os pacotes de propostas, os resumos, as avaliações das propostas, os contratos, a correspondência, os produtos e minutas de trabalho, as faturas, os certificados e relatórios de aceitação, recibos, incluindo documentos relacionados com o pagamento de comissões, e pagamentos a representantes, consultores e empreiteiros; e (vi) demonstrar o custo do Projeto em relação a cada categoria do seu orçamento.

(c) O Beneficiário se compromete a incluir nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos contratos financiados com os recursos da Contribuição do Banco celebrados pelo Beneficiário ou pelo Órgão Executor, uma disposição que exija que os fornecedores e os prestadores de serviços, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e seus representantes, pessoal, subconsultores e concessionários a manter todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de 7 (sete) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato.

Artigo 14. Auditoria Externa. (a) O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, compromete-se a apresentar ao Banco, durante o período de execução do Projeto e dentro dos prazos e com a frequência indicados nas Disposições Especiais deste Convênio, as demonstrações financeiras do Projeto e outros relatórios que o Banco razoavelmente solicitar, assim como qualquer informação financeira adicional solicitada pelo Banco com relação a esses relatórios e demonstrações, de acordo com padrões e princípios de contabilidade aceitáveis ao Banco.

(b) O Beneficiário se compromete a que as demonstrações financeiras e demais relatórios indicados nas Disposições Especiais deste Convênio sejam auditados por auditores independentes aceitáveis ao Banco, de acordo com padrões e princípios de auditoria aceitáveis ao Banco, e a apresentar, à satisfação do Banco, qualquer informação que este solicitar com relação aos auditores independentes contratados.

(c) O Beneficiário se compromete a selecionar e contratar, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, os auditores independentes necessários à apresentação oportuna das demonstrações financeiras e dos demais relatórios mencionados no inciso (b) anterior, no mais tardar, 4 (quatro) meses antes do encerramento da cada exercício fiscal do país do Beneficiário, a partir da data de entrada em vigor deste Convênio ou em outro prazo acordado pelas partes, de acordo com os procedimentos e os termos de referência previamente acordados com o Banco. O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, autorizará os auditores a fornecerem ao Banco a informação adicional que este possa razoavelmente solicitar com relação às demonstrações financeiras e a outros relatórios auditados.

(d) Nos casos em que a auditoria esteja a cargo de um órgão oficial de fiscalização e esse não possa realizar o trabalho de acordo com requisitos satisfatórios ao Banco ou dentro dos

prazos, durante o período e com a frequência estipulados neste Convênio, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, selecionará e contratará os serviços de auditores independentes aceitáveis ao Banco de acordo com o indicado no inciso (c) anterior.

(e) Sem prejuízo do estabelecido nos incisos anteriores, o Banco, de forma excepcional e mediante prévio acordo entre as partes, poderá selecionar e contratar os serviços de auditores independentes para realizar a auditoria das demonstrações financeiras e de outros relatórios auditados previstos neste Convênio quando: (i) os benefícios da seleção e contratação desses serviços pelo Banco sejam maiores; ou (ii) os serviços de firmas privadas e contadores públicos independentes no país forem limitados; ou (iii) quando circunstâncias especiais justifiquem a seleção e contratação de tais serviços pelo Banco.

(f) O Banco se reserva o direito de solicitar ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, a realização de outra classe de auditorias externas ou de trabalhos relacionados com a auditoria de projetos, do Órgão Executor e de entidades relacionadas, do sistema de informação financeira e das contas bancárias do Projeto, entre outras. A natureza, frequência, alcance, oportunidade, metodologia, tipo de normas de auditoria aplicáveis, relatórios, procedimentos de seleção e termos de referência serão estabelecidos de comum acordo entre as partes.

(g) Os documentos de licitação e os contratos que o Beneficiário ou Órgão Executor celebrem com um fornecedor ou prestador de serviços, empreiteiro, subempreiteiro, consultor, subconsultor, pessoal ou concessionário deverão incluir disposição que permita ao Banco revisar quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e ao cumprimento do contrato e submetê-los a uma auditoria por auditores designados pelo Banco.

Artigo 15. Inspecções. (a) O Banco poderá estabelecer os procedimentos de inspeção que julgar necessários para assegurar-se do desenvolvimento satisfatório do Projeto.

(b) O Beneficiário e o Órgão Executor, conforme o caso, permitirão que o Banco inspecione a qualquer momento o Projeto, bem como os equipamentos e materiais correspondentes, e examine os registros e documentos cujo conhecimento considere pertinente. No desempenho dessa tarefa, o pessoal enviado ou designado pelo Banco para o cumprimento deste propósito, como investigadores, representantes, auditores ou peritos, contará com a mais ampla colaboração das respectivas autoridades. Todas as despesas relativas a transporte, salário e demais gastos efetuados com esse pessoal serão pagas pelo Banco.

(c) O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverão fornecer ao Banco, se seu representante autorizado o solicitar, todos os documentos, inclusive os relacionados com aquisições, que o Banco possa razoavelmente requerer. Ademais, o Beneficiário e o Órgão Executor colocarão seu pessoal à disposição do Banco, se lhes for solicitado com razoável antecipação, para que responda às indagações que o pessoal do Banco possa ter em relação à revisão ou auditoria dos documentos. O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, apresentará os documentos oportunamente, ou uma declaração juramentada na

qual constem as razões pelas quais a documentação solicitada não se encontra disponível ou está sendo retida.

(d) Caso o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, se recuse a cumprir o pedido feito pelo Banco, ou de alguma maneira oponha obstáculos à revisão do assunto por parte do Banco, o Banco, à sua inteira discricão, poderá adotar as medidas que considerar apropriadas contra o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso.

(e) O Beneficiário se compromete a incluir nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos contratos financiados com recursos da Contribuição do Banco celebrado pelo Beneficiário ou pelo Órgão Executor, uma disposição que exija que os requerentes, proponentes, fornecedores e prestadores de serviços e seus representantes, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e seus representantes, pessoal, subconsultores e concessionários: (i) permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e ao cumprimento do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco; (ii) prestem plena assistência ao Banco durante a investigação; e (iii) forneçam ao Banco qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurem-se de que seus empregados ou agentes que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder a consultas referentes à investigação provenientes do pessoal do Banco ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o requerente, proponente, fornecedor ou prestador de serviços ou seu representante, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor ou seus representantes ou concessionário se negue a cooperar ou descumpra requerimento do Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação do Banco, o Banco, a seu critério único e exclusivo, poderá tomar medidas apropriadas contra o requerente, proponente, fornecedor ou prestador de serviços ou seu representante, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor e seus representantes ou concessionário.

Artigo 16. Outros compromissos. O Beneficiário, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, deverá:

- (a) proporcionar aos consultores e aos peritos e especialistas locais serviços de secretaria, escritórios, materiais, comunicações, transporte e todo apoio logístico que requeiram para a prestação de seus serviços;
- (b) apresentar ao Banco cópia dos relatórios dos consultores e suas observações sobre eles;
- (c) fornecer ao Banco qualquer outra informação adicional ou pareceres jurídicos que este razoavelmente lhe solicite a respeito da realização do Projeto e do uso da Contribuição e do Aporte; e
- (d) manter o Representante do Banco no respectivo país ou países informado sobre todos os aspectos do Projeto.

Artigo 17. Publicação de documentos. Qualquer documento a ser emitido no nome do Banco ou usando seu logotipo que se queira publicar como parte de um projeto especial, programa conjunto, esforço de investigação ou qualquer outra atividade financiada com os recursos do Projeto, deverá ser previamente aprovado pelo Banco.

Artigo 18. Supervisão local. Sem prejuízo do acompanhamento dos trabalhos do Projeto realizado pelo Beneficiário ou Órgão Executor, conforme o caso, o Banco poderá supervisionar a execução do Projeto no local.

Artigo 19. Alcance do compromisso do Banco. Fica entendido que o fato de conceder a Contribuição não implica compromisso algum de parte do Banco no sentido de financiar, total ou parcialmente, qualquer programa ou projeto que, direta ou indiretamente, possa resultar da realização do Projeto.

Artigo 20. Arbitragem. Qualquer controvérsia decorrente deste Convênio que não seja resolvida por acordo entre as partes será submetida, incondicional e irrevogavelmente, ao seguinte procedimento e sentença:

- (a) **Composição do Tribunal.** O Tribunal de Arbitragem será composto por 3 (três) membros, designados da seguinte forma: o primeiro pelo Banco, o segundo pelo Beneficiário e o terceiro (doravante, o “Dirimente”) por acordo direto entre as partes ou por intermédio dos respectivos árbitros. Se as partes ou os árbitros não chegarem a um acordo sobre a escolha do Dirimente, ou se uma das partes não puder designar árbitros, o Dirimente será designado, a pedido de qualquer das partes, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Se uma das partes não designar árbitro, este será designado pelo Dirimente. Se algum dos árbitros designados ou o Dirimente não quiser ou não puder atuar ou continuar atuando, proceder-se-á à sua substituição de forma idêntica à indicada para a designação original. O sucessor estará investido das mesmas funções e atribuições de seu antecessor.
- (b) **Início do Procedimento.** Para submeter a controvérsia à arbitragem, a parte reclamante dirigirá à outra parte uma comunicação escrita expondo a natureza da reclamação, a satisfação ou reparação pretendida e o nome do árbitro que designa. A parte que houver recebido essa comunicação deverá, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, comunicar à parte contrária o nome da pessoa que designar como árbitro. Se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega da citada comunicação ao reclamante, as partes não houverem acordado quanto à pessoa do Dirimente, qualquer uma delas poderá recorrer ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, para que este proceda à designação.

Nos casos de convênios com a Argentina, as partes acordam que nos parágrafos (a) e (b) anteriores, onde se diz “Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos”, deve-se ler “Presidente da Corte Internacional de Justiça de Haya”.

- (c) **Constituição do Tribunal.** O Tribunal de Arbitragem será constituído em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, na data em que o Dirimente designar e, uma vez constituído, funcionará nas datas que o próprio Tribunal fixar.

Nos casos de convênios com a Argentina, as partes acordam que o texto deste parágrafo (c) dirá assim: “O Tribunal de Arbitragem será constituído no lugar e na data em que este designar e, uma vez constituído, funcionará na data em que o Tribunal fixar”.

- (d) **Procedimento.**

- (i) O Tribunal só terá competência para conhecer os pontos da controvérsia. Adotará seu próprio procedimento e, por iniciativa própria, poderá designar os peritos que julgar necessários. Em qualquer caso, deverá dar às partes a oportunidade de expor suas razões em audiência.
- (ii) O Tribunal julgará segundo sua consciência, com base nos termos do Convênio, e proferirá sua sentença mesmo no caso em que uma das partes seja revel.
- (iii) A sentença será reduzida a termo e adotada com o voto concorrente de pelo menos dois membros do Tribunal. Deverá ser exarada dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da designação do Dirimente, a menos que o Tribunal determine que, por circunstâncias especiais e imprevistas, esse prazo deva ser ampliado. A sentença será notificada às partes mediante comunicação assinada por pelo menos dois membros do Tribunal. As partes acordam que qualquer sentença do Tribunal deverá ser cumprida dentro de 30 (trinta) dias contados da data da notificação, terá efeito executivo e não admitirá nenhum recurso.
- (e) **Custas.** Os honorários de cada árbitro serão cobertos pela parte que o houver designado e os honorários do Dirimente, por ambas as partes em proporção igual. Antes de o Tribunal ser constituído, as partes acordarão quanto aos honorários das demais pessoas que, segundo convenham, entendam que devam intervir no procedimento de arbitragem. Se o acordo não ocorrer oportunamente, o próprio Tribunal fixará a compensação que seja razoável para essas pessoas, levando em conta as circunstâncias. Cada parte pagará as próprias despesas no procedimento de arbitragem, mas as custas do Tribunal serão pagas pelas partes em proporção igual. Qualquer dúvida quanto à divisão das custas ou à forma em que devam ser pagas será resolvida pelo Tribunal, sem direito a ulterior recurso.
- (f) **Notificações.** Toda notificação relacionada com a arbitragem ou a sentença será feita na forma prevista neste artigo. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.

Nos casos de convênio com o Equador, as partes acordam que o texto deste parágrafo (f) dirá assim: “Toda notificação relacionada com arbitragem e julgamento será realizada na forma prevista nestas Normas Gerais. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação. No entanto, obrigatoriamente, o Procurador Geral do Estado deverá ser notificado.”

ANEXO ÚNICO

O PROJETO

Inclusão Social Através de Centros de Recreação Comunitária nas Favelas do Rio

I. Objeto

1.01 O objetivo do Projeto é promover a inclusão social de crianças, jovens e suas famílias por meio de atividades inovadoras oferecidas em centros comunitários de algumas favelas do Rio de Janeiro. O projeto contempla o desenvolvimento de um projeto-piloto para fortalecer a Vila Olímpica (VO) Carlos Castilho, que será ampliado para dois outros centros, em Acari e Maré, e servirá de base para uma implementação generalizada em 18 centros. O projeto será executado mediante três componentes principais. O Componente I consistirá no fortalecimento da programação mediante um currículo inovador e reestruturação de cursos. O Componente II aproveitará a localização estratégica e alcance da VO de modo a usá-la como plataforma para a prestação de serviços adicionais à comunidade. O Componente III reduzirá as barreiras à participação de crianças e jovens vulneráveis.

1.02 Estão previstos os seguintes resultados do programa: promoção da inclusão social mediante melhoria da educação e saúde dos jovens; redução dos comportamentos de risco dos jovens; inclusão social dos membros da comunidade.

II. Descrição

O Programa incluirá os seguintes componentes:

Componente I. Fortalecimento da programação

2.01 O objetivo deste componente é fortalecer a programação da VO Carlos Castilho e expandi-la para outras duas VOs. Para atingir esse objetivo, a atividade 1 desenvolvida no âmbito do componente I proporcionará um currículo que promove o papel positivo de professores e treinadores nos centros. O currículo concentra-se em desenvolver habilidades interpessoais mais fortes que promovam o desenvolvimento dos jovens. Os professores serão capacitados no novo currículo e receberão reforço. A atividade 2 desenvolvida no âmbito do componente I estruturará cursos selecionados na VO Carlos Castilho de modo que a participação ocorra durante períodos predeterminados, em vez de estarem todos os cursos abertos a novos participantes o tempo todo. As crianças e jovens serão incentivados, por meio de jogos, a participar regularmente e concluir os cursos. O objetivo é promover a frequência regular e conclusão do curso de modo que os participantes possam desenvolver e fortalecer habilidades.

Componente II. Centro recreativo como plataforma para a prestação de serviços adicionais

2.02 O objetivo deste componente é fortalecer o uso da VO Carlos Castilho como plataforma para a prestação de serviços adicionais e expandir esse modelo para outras duas VOs. Neste componente, será proporcionada uma ampla gama de atividades não esportivas para crianças e jovens que frequentam a VO e seus pais. A atividade 1 proporcionará aos jovens cursos de habilidades para a vida e capacitação em computadores por meio de exercícios interativos. Os cursos de habilidades para a vida se concentrarão no fortalecimento de habilidades como autoestima, confiança, comunicação, liderança, solução de problemas e responsabilidade. A atividade 2 promoverá programas de cuidados parentais e grupos de apoio para os pais. Esta atividade incorporará elementos de dois programas com impacto demonstrado: *Parenting Wisely* e *Brief Strategic Family Therapy*, que reduziram o comportamento externalizado dos jovens. Os novos programas de cuidados parentais e grupos de apoio se concentrarão em melhorar as interações dos pais com os jovens que possam se refletir no comportamento dos jovens. A atividade 3 fortalecerá as atividades dirigidas a pessoas com deficiência. Serão oferecidos cursos adicionais adaptados para a população com deficiência, tanto em esportes como em atividades não esportivas.

Componente III: Reduzir as barreiras à participação de crianças e jovens vulneráveis

2.03 O objetivo deste componente é reduzir as barreiras à participação que muitas crianças e jovens pobres enfrentam. Para atingir esse objetivo, a atividade 1 deste componente desenvolverá uma estratégia de comunicação para despertar conscientização e atrair crianças e adolescentes para a VO Carlos Castilho. A atividade 2 apoiará um evento na VO Carlos Castilho para lançar o programa e atrair membros da comunidade para despertar conscientização acerca das atividades desenvolvidas no centro. A estratégia de comunicação desenvolvida será usada depois nas outras duas VOs.

III. Custo do Projeto e Orçamento

3.01 O custo total do programa foi estimado em US\$ 915.000 (novecentos e quinze mil dólares). Desse total, o BID, através do Fundo Especial Japonês – fundos do Programa de Redução da Pobreza, fornecerá US\$ 600.000,00 (seiscentos mil dólares). A contraparte local, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do Município do Rio de Janeiro (SMEL), fornecerá uma contribuição não-pecuniária estimada no equivalente a US\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil dólares).

Tabela 2: Orçamento simplificado para o projeto de 36 meses

Componente	Produtos/Atividades	BID US\$	Contraparte	Total
UEP	Diretor do projeto (36 meses)	160,000		160,000
Subtotal		160,000		160,000
Componente I	Desenvolvimento do Currículo,	35,000		35,000
	Capacitação de professores (inicial e reforço)	55,000		55,000

	Desenvolvimento de cronograma de matrícula	10,000		10,000
Subtotal		100,000		100,000
Componente II	Cursos de habilidades para a vida	72,000		72,000
	Programa cuidados parentais e grupos de	72,000		72,000
	Atividades para pessoas com deficiência	72,000		72,000
Subtotal		216,000		216,000
Componente III	Campanha de comunicação 3 VO	30,000		30,000
	Lançamento evento VO Carlos Castilho	14,000		14,000
Subtotal		44,000		44,000
Monitoramento	Monitoramento e avaliação do Projeto	30,000		30,000
Subtotal		30,000		30,000
Manutenção instalações e equipamento	Serviços para três instalações (limpeza, segurança, eletricidade, etc.)		250,000	250,000
	Manutenção de equipamento esportivo e materiais administrativos três instalações.		65,000	65,000
Subtotal			315,000	315,000
Contingências		30,000		30,000
Auditoria		20,000		20,000
	TOTAL	600,000	315,000	915,000

IV. Execução

4.01 A SMEL será o Órgão Executor e abrigará a Unidade de Execução do Projeto (UEP). O Órgão Executor contratará um Diretor do projeto para chefiar o projeto e assegurar a implementação adequada do programa. O Diretor do Projeto deverá assegurar consistência da implementação nos diferentes centros e coordenação com as escolas municipais.